

P A E
D S 
P V H 

PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICO
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
PAEDS-PVH 2030-2050

ENTREGA 11
RELATÓRIO DA 4ª ETAPA

Novembro | 2025

Revisado em 11/11/2025

Sumário

1.	Apresentação	1
2.	Síntese da agenda PAEDS em maio de 2025.....	2
3.	Reuniões de apresentação e discussão dos cinco projetos estratégicos	3
4.	Reuniões Especiais	5
4.1.	Dia 15 de maio de 2025 - Proposta para Governança do PAEDS	5
4.2.	Dia 29 de maio de 2025 - Política de Inovação	5
5.	Seminário “Planejamento Municipal”	7
6.	Próximas Atividades	7
	Anexo 1 – apresentação Seminário de Planejamento	8
	Anexo 2 – apresentação Política de Inovação	27

1. Apresentação

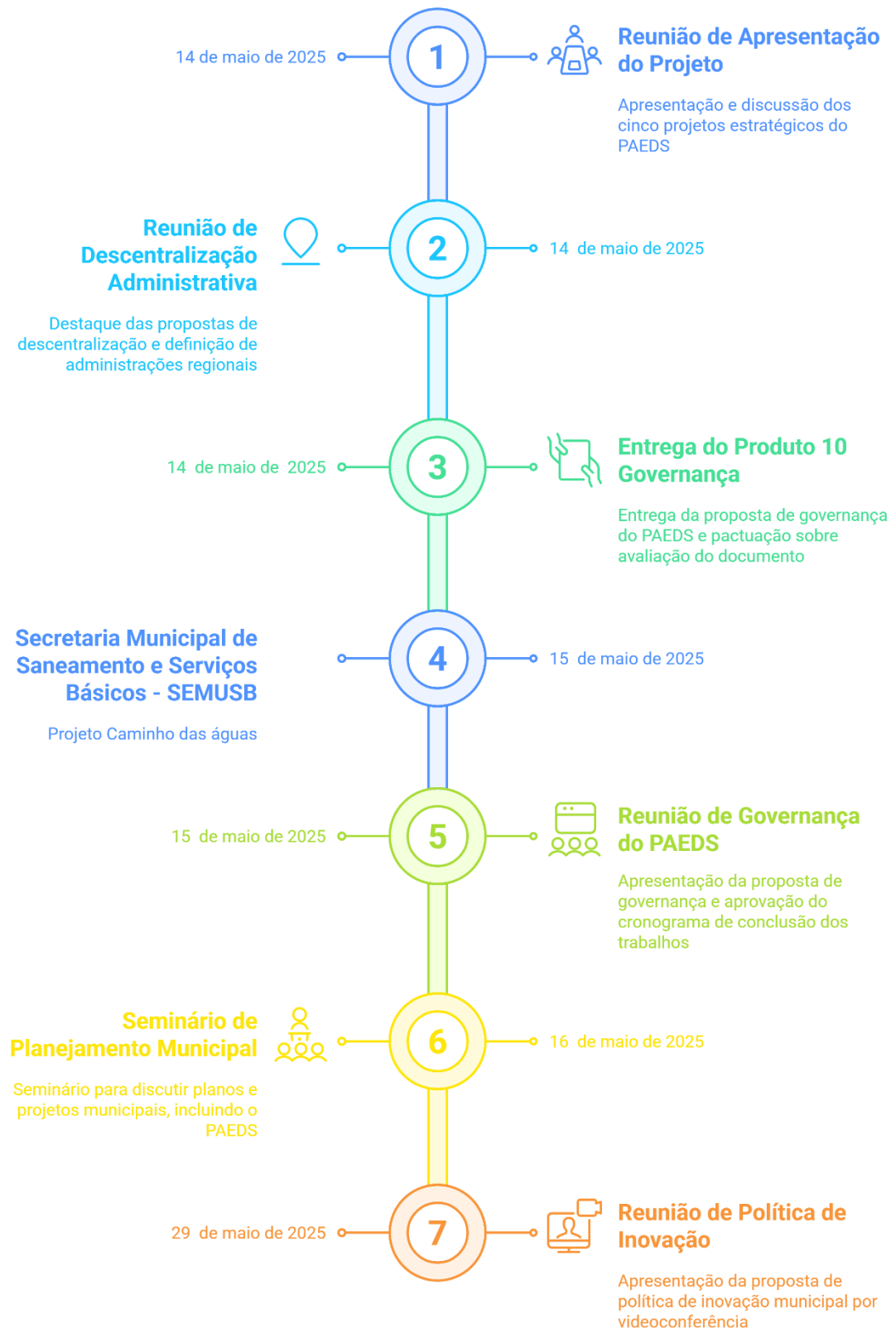
O presente documento denominado **PAEDS-PVH 2030-2050 - RELATÓRIO DA 4ª etapa** é parte integrante do contrato de prestação de serviços N°01/2024-ADPVH, decorrente do edital de concorrência N° 001/2023/SML/PVH, tal como previsto no cronograma de entregas, item 4.2.2 do edital, firmado entre a Agência de Desenvolvimento do Município de Porto Velho (ADPVH) e a Fundação da Universidade Federal do Paraná (FUNPAR).

Este Relatório contempla o 11º produto do PAEDS cujo objeto é a apresentação em **Seminário “Planejamento Municipal”** da proposta finalizada do “Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável” e da apresentação e discussão, por meio de reuniões presenciais, de cinco projetos estratégicos, além de uma reunião por vídeo para **apresentação da Política de Inovação**¹. Estas atividades aconteceram entre os dias 14 e 16 de maio de 2025, em Porto Velho, e no dia 29 maio, por vídeo conferência, sobre a Política de Inovação.

Nos eventos a equipe da Funpar foi representada pelo arquiteto urbanista e prof. Luis Henrique Cavalcanti Fragomeni e pelo Economista e prof. João Basílio Pereira.

¹ Este produto substitui e complementa a Audiência Pública, atendendo solicitação de representantes da Secretaria Geral de Governo e da SEMPOG.

2. Síntese da agenda PAEDS em maio de 2025



3. Reuniões de apresentação e discussão dos cinco projetos estratégicos

Dia 14 de Maio: Reunião de apresentação dos cinco projetos estratégicos realizada na Sala de Situação da sede da SEMPOG durante dois períodos, contando com representantes de várias Secretarias e, também, da Superintendência de Portos do Governo do Estado de Rondônia.

Neste mesmo dia foi realizada reunião específica com a Superintendência Municipal da Integração Distrital - SMD, acerca especificamente do projeto Administrações Regionais e Planos de Estruturação Distrital e Ordenamento Territorial.

Na data de 15 de maio foi realizada reunião na Secretaria Municipal de Saneamento e Serviços Básicos - SEMUSB sobre o projeto Caminho das águas.

Projetos apresentados e principais conclusões:

1. Plano Diretor de Integração Logística e Industrial – PDILI

- Considerou-se acertada a estratégia do Plano havendo alinhamento com as diretrizes do Plano de Governo Municipal.
- Destaque especial quanto a prioridade para elaboração de projeto urbanístico preliminar para as áreas retroportuárias, áreas lindeiras à Estrada Belmonte e Expresso Porto, incluindo projeto básico das referidas vias incluindo faixas de domínio e critérios para licenciamento de novas atividades.

2. Agricultura Sustentável

- Considerou-se que a estratégia proposta apresenta alinhamento com as diretrizes do Plano de Governo Municipal, em especial com:
 - A aproximação da assistência técnica aos pequenos produtores articulando as ações de assistência rural das entidades estaduais e federais;
 - Realização do censo básico do pequeno e médio produtor rural, identificação dos potenciais e demandas dos produtores;
 - Adequação e agenda para utilização da central de abastecimento pertencendo ao Estado.

3. Caminho das Águas

- Considerou-se acertada a estratégia proposta havendo alinhamento com as diretrizes do Plano de Governo Municipal, especialmente com o Projeto Cidade Limpa.
- Em reunião específica com o Secretário da SEMUSB conclui-se que os projetos são complementares, e a comunicação e participação da comunidade residente no entorno dos igarapés deveria ser ampliada na medida da implementação dos projetos.
- Os projetos de coleta de resíduos, esgotamento sanitário e habitação deverão estar alinhados a ambos os projetos uma vez que estabelecem áreas futuras de servidão para os troncos de infraestrutura.
- O Projeto “Jardins de Chuva” em execução pela prefeitura poderá ampliar escopo incluindo a implantação de mobiliário urbano básico (banco, comunicação visual, lixeiras, outros simples) associado a mobilização e capacitação de moradores (mutirões de limpeza, plantio e manutenção de árvores, por exemplo).
- No curto prazo entende-se como fundamental continuar o diálogo com a comunidade residente no entorno, a atualização cadastral, bem como, a execução de projetos piloto na sede e distritos.
- A sinergia entre as atividades de cada projeto poderá resultar na fusão de ambos e na consolidação de um sistema de parque urbanos lineares, resgatando-se o “modus vivendi” amazônico, floresta, água e habitação.

4. Descentralização Administrativa

- A proposta apresentada no âmbito do PAEDS coincide com a diretriz do Plano de Governo.
- Reunião especial realizada na Superintendência dos Distritos no dia 14 de maio destacou a convergência das seguintes propostas:
 - Definição das sedes e territórios das Administrações Regionais;
 - Indicação participativa dos Administradores e Comitês Comunitários;
 - Início da elaboração dos Planos Especiais de Ordenamento Territorial PEOT para cada distrito.
- A principal questão que ficou em aberto é a implementação desde já de "subprefeituras" com eleição para o gestor ou, ainda, a indicação final pelo prefeito a partir de lista tríplice apresentada pelos representantes do Comitê das Regionais;

- Recomendou-se a identificação no PPA dos investimentos nas Administrações Regionais.

5. Porto Digital Amazônico

- A proposta foi bem recebida pelos participantes, com a indicação de que os investimentos em capital fixo deveriam ser avaliados se, com recursos municipais ou contrapartida da iniciativa privada.
- Em comum acordo entendeu-se que é fundamental manter e ampliar a rede de atores voltados para a política de inovação conforme proposta do PAEDS, além das seguintes ações de curto prazo:
 - Publicação de editais para aprimoramento dos Serviços básicos digitais e informação para os distritos, sistema integrado para a gestão de projetos municipais,
 - Exploração das parcerias com empresas geração de energia e futuras concessionárias de hidrovias e rodovias.

Ao final da sessão foi informado que os técnicos da SEMPOG estão trabalhando na identificação de "sinergias e atritos" (convergências e divergências) entre os vários Planos Municipais e o Plano Diretor para elaboração do PPA.

Finalmente os presentes consideraram como preferenciais os projetos "Caminho das Águas", Descentralização Administrativa e PDILI.

4. Reuniões Especiais

4.1. Dia 15 de maio de 2025 - Proposta para Governança do PAEDS

- Reunião na Secretaria Geral de Governo para apresentação sintética da proposta de governança, objeto do Produto 10 do PAEDS, para o Secretário Adjunto Sr. Sergio Paraguassu, e representantes da SEMPOG.
- Os participantes entenderam que a proposta para a governança do PAEDS poderá contribuir para a organização geral da governança da Prefeitura de PVH em construção. Neste sentido a SGG ficou de convocar com a brevidade possível reunião específica sobre o tema.
- Na mesma ocasião foi discutida e aprovada pelos presentes uma revisão do cronograma de entregas dos produtos restantes – P11; P12; e P13.

4.2. Dia 29 de maio de 2025 - Política de Inovação

- Reunião especial por videoconferência com representante da SEMPOG, Larissa Ananda Paiva Maciel, da SMTI César Marini, da então SML César Wanderley da equipe Funpar, Michelli Stumm, João Basílio Pereira, consultor especial Mariano Macedo e Luis Fragomeni, onde foi apresentada a proposta para política, lei e fundo de inovação municipal, integrante do Produto 5 do PAEDS. Em conclusão o representante da SGG considerou o material relevante para subsidiar a equipe municipal encarregada de entregar o projeto da política Municipal de Inovação.

5. Seminário “Planejamento Municipal”

- Dia 16 de maio. Teatro Municipal “Banzeiros” Participantes: Vice-Prefeita de Porto Velho Magna dos Anjos, Secretário da SEMPOG Marcio Gabriel (coordenador), Secretários Municipais, Vereadores, Secretária de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão Beatriz Basílio, e cerca de duzentos servidores municipais.
- Objetivo Principal: Apresentação e discussão dos principais planos municipais para a elaboração do PPA



Seminário Planejamento Municipal - Teatro Municipal “Banzeiros” - 16/05/2025

- Apresentação do PAEDS e dos cinco projetos estratégicos incluindo, ações de curto prazo e relação com o Plano de Governo Municipal pelo arq. Luis Fragomeni representante da Funpar.
- Conclusão, a representante do Estado RO solicitou apresentação do PAEDS ao Estado. Equipe municipal propõe novas reuniões sobre governança e detalhamento dos 5 projetos.

6. Próximas Atividades

- Manifestação da equipe da Prefeitura PV sobre o Produto 10 Governança entregue em 14 de maio de 2025. Este produto deverá ser incorporado ao relatório final P12 Plano de Ação Estratégico.

Anexo 1 – apresentação Seminário de Planejamento

1º SEMINÁRIO DE
PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Cuidar do futuro é planejar com responsabilidade!

Plano de Ação Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável - PAEDS

“Uma iniciativa inédita para o planejamento municipal: visão, ações e governança”

16 MAIO
Sexta-feira 8h - 18h

SEMPOG
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Sumário

1. Objetivo e situação
2. Síntese do Diagnóstico
3. Cenários
4. Plano de Ação e Investimentos
5. Projetos Estratégicos
6. Governança



1. Objetivo e situação

Objetivo

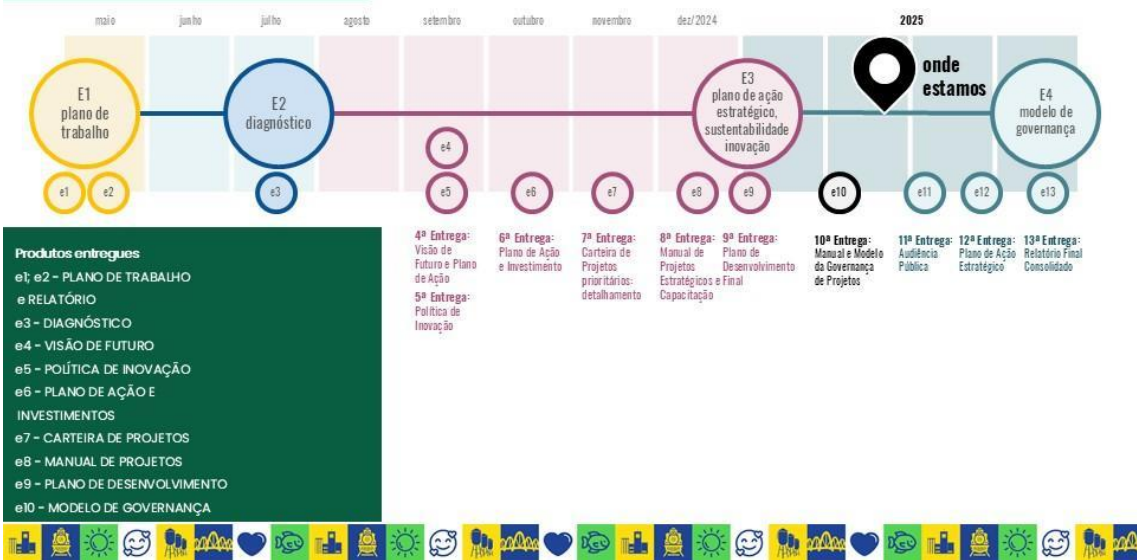


Plano de ação estratégico para desenvolvimento sustentável do município de Porto Velho

Construir uma visão de futuro compartilhada e consensual, que oriente a governança de planos, programas e projetos no horizonte entre 2030 e 2050, contemplando estratégias e diretrizes para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do município de Porto Velho.



Situação



Método



- D1 - Infraestrutura de Mercado e Inserção Regional
- D2 - Economia, Diversificação e Estrutura Produtiva
- D3 - Ambiente Promotor de Inovação
- D4 - Cidade e Desenvolvimento Urbano
- D5 - Bem estar social e Qualidade de Vida
- D6 - Governança e Gestão Municipal



2. Síntese do Diagnóstico



1. Apresentação
2. Princípios, Objetivos e Método
3. Análise das Dimensões de Planejamento
 - 3.1. **Infraestrutura de Mercado e Inserção Regional (D1)**
 - 3.1.1. Influência, Integração, Contiguidade e Relações de Porto Velho
 - 3.1.2. Conectividade, Mobilidade e Transporte
 - 3.1.3. Circulação de Pessoas e Mercadorias
 - 3.1.4. Infraestrutura energética
 - 3.1.5. Conclusão
 - 3.2. **Economia, Diversificação e Estrutura Produtiva (D2)**
 - 3.2.1. Breve Histórico
 - 3.2.2. Crescimento Econômico Comparado
 - 3.2.3. Mercado de Trabalho e Emprego
 - 3.2.4. Estrutura Produtiva Setorial
 - 3.2.5. Complexidade Econômica e Estrutura Produtiva
 - 3.2.6. Setor Externo – Balança Comercial
 - 3.2.7. Agropecuária
 - 3.2.8. Indústria
 - 3.2.9. Bioeconomia
 - 3.2.10. Turismo
 - 3.2.11. Mineração
 - 3.2.12. Conclusão
 - 3.3. **Ambiente Promotor de Inovação (D3)**
 - 3.3.1. Empreendedorismo
 - 3.3.2. Ambientes de Inovação
 - 3.3.3. Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação
 - 3.3.4. Instituições de Financiamento e Capital
 - 3.3.5. Gestão e Planejamento Público
 - 3.3.6. Conclusão
 - 3.4. **Força Gerativa e Qualidade da Cidade e do Urbano (D4)**
 - 3.4.1. Análise da Centralidade de Porto Velho
 - 3.4.2. Análise comparativa e Temas-Chave
 - 3.4.3. Conclusão
 - 3.5. **Bem-estar Social e Qualidade de Vida (D5)**
 - 3.5.1. Indicadores demográficos
 - 3.5.2. Qualidade de Vida e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
 - 3.5.3. Vulnerabilidade e Assistência Social
 - 3.5.4. Saúde
 - 3.5.5. Educação
 - 3.5.6. Conclusão
 - 3.6. **Governança e Gestão Municipal (D6)**
 - 3.6.1. Finanças e Capacidade de Pagamento
 - 3.6.2. Infraestrutura Física e Tecnológica
 - 3.6.3. Recursos Humanos e Estrutura de Cargos
 - 3.6.4. Secretarias e Estrutura Organizacional
 - 3.6.5. Gestão Participativa e Transparência
 - 3.6.6. Legislação e Planejamento
 - 3.6.7. Conclusão
 - 3.7. **SWOT completo e Quadro síntese dos Indicadores**
 - 3.7.1. SWOT completo



2. Síntese do Diagnóstico



SWOT e Quadro síntese dos indicadores

D4.3	INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,52
D4.3.1	Saneamento Básico	0,13
	Cobertura de abastecimento de água	0,25
	Cobertura de coleta e tratamento de esgoto	0,00
	Coleta e destinação de resíduos sólidos	0,25
	Drenagem urbana	0,00
D4.3.2	Mobilidade Urbana	0,92
	Tempo médio de deslocamento casa-trabalho	1,00
	Qualidade e cobertura do transporte público	1,00
	Integração entre diferentes modais de transporte	0,75



2. Síntese do Diagnóstico

SWOT - exemplo: Dimensão 4 - Força Gerativa da Cidade e do Urbano

oportunidades	ameaças	forças	fraquezas
<p>capital humano e cultural: população predominantemente jovem e em idade ativa, 70% da população. Migrantes de diversas origens, comunidade multicultural e dinâmica.</p> <p>estrutura de transporte e logística: malha viária bem estruturada, facilidade de deslocamentos e um sistema de transporte público eficiente. Investimento público e privado em Portos, Terminais de logística Aquaviário e Rodoviário, Distrito Industrial.</p> <p>planejamento urbano: Unidade e equipe dedicada ao planejamento; conta com diversos planos setoriais, procedimentos para monitoramento e avaliação e um sistema de informações geográficas - esforço e capacidade para ordenar o desenvolvimento urbano.</p>	<p>saneamento: baixos índices de cobertura de água tratada e especialmente de esgoto (6,3% dos domicílios), Drenagem urbana deficiente e sem coleta seletiva de resíduos, impacto na saúde pública e qualidade de vida e dos espaços.</p> <p>expansão urbana desigual: Concentração da população (90%) e equipamentos públicos na sede, densidade demográfica urbana baixa, (cidade cara 28 hab/ha) áreas de ocupação irregular e baixa qualidade de infraestrutura, especialmente na região leste, contrastam com áreas de expansão recente de condomínios de maior qualidade ao sul e bairros Mariana e S. Cristóvão.</p> <p>mercado imobiliária: alto custo da construção civil (transporte e baixa produtividade da MO) e capacidade de endividamento reduzida da população limitam o acesso à moradia e o desenvolvimento do setor.</p>	<p>Otimização da infraestrutura e serviços públicos: tendência de redução da taxa de crescimento populacional como uma oportunidade para qualificar os serviços, equipamentos e infraestrutura da cidade, melhorando a qualidade de vida da população e atraindo novos investimentos.</p> <p>Requalificação urbana e adensamento estratégicos: revisão do Plano Diretor; novos projetos de requalificação urbana e ampliação da densidade construtiva</p> <p>Salto na qualidade de vida e saúde pública: Plano de Saneamento e os estudos para a concessão dos serviços</p> <p>Gestão pública eficiente e atrativa: a desburocratização e a digitalização de processos; adesão/fortalecimento do programa de Incentivo às Construções Sustentáveis</p>	<p>Êxodo rural e desigualdades regionais: o esvaziamento demográfico dos distritos e a migração de pessoas com baixa renda para a área urbana podem gerar pressões sobre os serviços públicos e o mercado de trabalho, além de ampliar as desigualdades regionais.</p> <p>Expansão urbana desordenada e especulação imobiliária: a expansão urbana desordenada, impulsionada pela especulação imobiliária, especialmente na margem esquerda do rio Madeira, pode levar à ocupação de áreas inadequadas, à deterioração do espaço urbano e a problemas socioambientais.</p> <p>Estagnação do mercado imobiliário: os altos custos dos insumos da construção civil podem limitar o acesso à moradia, restringir o desenvolvimento do mercado imobiliário e impactar o crescimento urbano.</p>



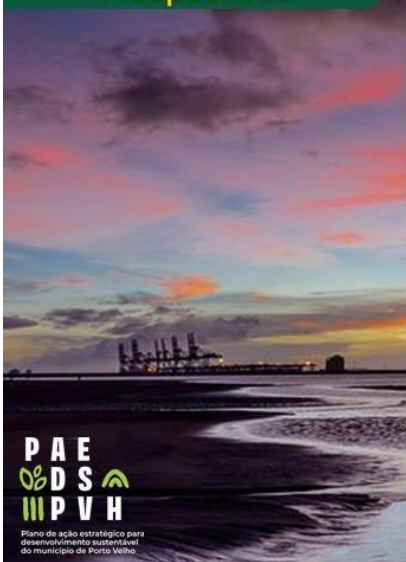
3. Cenários Prospectivos



Atual | Tendencial | Desejável | Sustentável

- Porto Velho, a quinta maior economia do Norte, possui base econômica concentrada no agronegócio extensionista, logística e energia, com indústria pouco desenvolvida e baixa capacidade de reter talentos.
- A infraestrutura logística apresenta limites na integração e modernização, impactando negativamente o desenvolvimento produtivo local.
- A disparidade de renda familiar e indicadores educacionais abaixo da média nacional, além da precariedade do saneamento básico, representam desafios sociais urgentes.
- O sistema de inovação encontra-se em estágio inicial, com algumas startups e desafios na articulação entre os atores.
- A economia vive um ciclo agropecuário e extrativista com pequena agregação de valor, industrialização ou integração logística, correndo o risco de se tornar uma economia de passagem.

3. Cenários Prospectivos



Atual | Tendencial | Desejável | Sustentável

- A economia de Porto Velho perde destaque regional, mantém-se pouco diversificada e especializada em poucos produtos agrícolas e extrativistas, com mercado de trabalho limitado e baixa qualificação.
- O setor privado permanece caracterizado por pequenas empresas que geram poucos empregos de qualidade, enquanto o ecossistema de inovação permanece desarticulado e com poucos resultados.
- Evasão de empresas e redução gradual de investimentos privados
- A infraestrutura logística se deteriora, aumentando o isolamento territorial e os custos de produção.
- Os desafios sociais permanecem, com pouca evolução no IDEB e nos índices de saneamento, com disparidades crescentes entre a sede e os distritos, culminando em ideias separatistas.
- A economia se torna uma "economia de passagem" sem correspondência com a geração local de riqueza.

3. Cenários Prospectivos

Atual | Tendencial | Desejável | Realizável

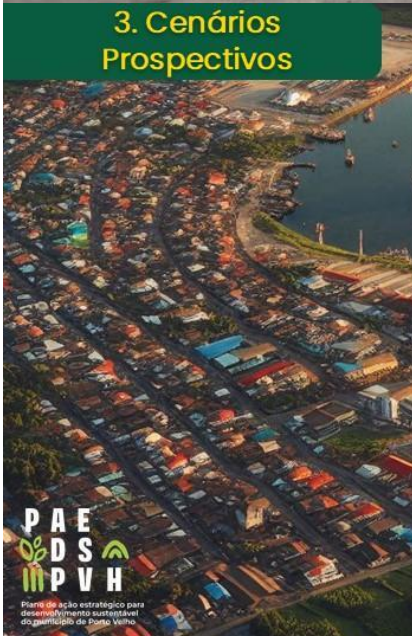


**PAE
PDS
MPVH**
Plano de ação estratégico para
desenvolvimento sustentável
do município de Porto Velho

- Porto Velho consolida-se como "Pólo Multifuncional da Amazônia", com economia diversificada, sustentável e de alta tecnologia, destacando-se no agronegócio, logística, indústria, comércio e serviços.
- O mercado de trabalho dinamizado, com postos de trabalho qualificados e bem remunerados, impulsiona o crescimento do comércio e serviços e gera empregos de qualidade.
- O ecossistema de inovação robusto e articulado impulsiona o desenvolvimento econômico, e a infraestrutura logística moderna e eficiente reduz os custos de produção e integra a região à Amazônia e à América do Sul.
- A qualidade de vida da população aumenta com investimentos em saneamento básico, educação e saúde, eliminando as diferenças entre a sede e os distritos e impulsionando o desenvolvimento sustentável na Amazônia.
- A cidade se torna protagonista do desenvolvimento sustentável na Amazônia Setentrional.

3. Cenários Prospectivos

Atual | Tendencial | Desejável | Realizável

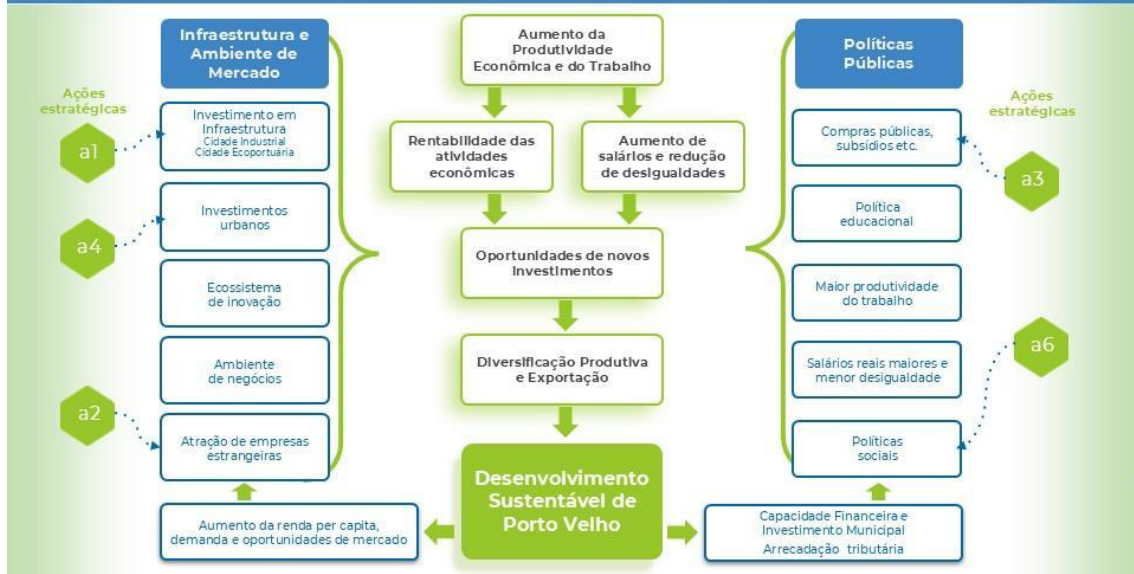


**PAE
PDS
MPVH**
Plano de ação estratégico para
desenvolvimento sustentável
do município de Porto Velho

- Porto Velho consolida-se como "Vértice do corredor Manaus - Cuiabá" e "Pólo Multimodal", com economia diversificada impulsionada pela indústria, comércio, serviços e expansão do agronegócio.
- Integração multimodal sul-americana impulsionam o crescimento da região e a posição estratégica de Porto Velho.
- O mercado de trabalho se torna competitivo, atraindo e retendo profissionais qualificados, enquanto o setor industrial se moderniza e se torna mais produtivo, impulsionado pela inovação e tecnologia.
- O ecossistema de inovação avança com a criação de leis, fundos e infraestruturas de inovação, atraindo talentos e aumentando o número de startups e patentes.
- O município investe em infraestrutura, desenvolvimento urbano e saneamento básico, garantindo uma vida melhor para a população e um desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento Econômico de Porto Velho

Diagrama de crescimento endógeno



Método do plano de ação e investimentos

1. Resultado-chave: Aumentar a capacidade de armazenagem de grãos em X%, minérios em Y%, combustíveis em Z% e carnes em Z%, com o objetivo de aumentar a competitividade do agronegócio local.

1. Ação: Incentivar a construção de silos de armazenagem para grãos, minérios, carnes e combustíveis com o objetivo de facilitar o escoamento da produção e a competitividade do agronegócio; (estabelecer metas e prazos)

Ex. Aumentar a capacidade de armazenagem de grãos em X% até [data]; Aumentar a capacidade de armazenagem de minérios em Y% até [data]; Aumentar a capacidade de armazenagem de combustíveis em Z% até [data]; Aumentar a capacidade de armazenagem de carnes em Z% até [data].

1. Prioridade: Alta

2. Prazo: 5 anos

3. Responsabilidade:

Execução/Implementação: coordenador do PAEDS; gestor de economia e bem-estar social; gestor de inovação; gestor de logística; gestor urbanismo e meio ambiente. Apoio: ACEP-PV; SOPH RO/FIERO/FAPERON; APROSOJA; CIBRAZEM.




Resumo Executivo Conteúdo

4. Plano de ação 22

O Capítulo 4 - Realizar foi o cenário considerado como referência para o Plano de Ação Estratégico.

Na fase de elaboração do Plano de Ação Estratégico, foram especificadas 5 prioridades. Estas ações, ao colocadas em prática, permitirão alcançar a materializar o cenário 4 - Realizar que decorrerá no município de Porto Velho nos emergirá em 2030.



PAE
D S S
P V H

BRASIL

RUNPAR

Sumário

Apresentação	1
1 Síntese Executiva	2
2 O processo e os princípios para planejamento do desenvolvimento sustentável	7
3 Os eixos e a visão de futuro para o desenvolvimento	12
4 Plano de ação	22
5 Projetos Estratégicos	28
6 Política de Inovação Municipal	40
7 Conclusão e recomendações	43
Anexo 1	47
Anexo 2	65

PAE
D S S
P V H

BRASIL

RUNPAR

APRESENTAÇÃO

O presente documento, denominado Resumo Executivo, refere-se à 3ª entrega de um total de 13 entregas que compõem o Plano de Ação Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Município de Porto Velho (PADES-PVH 2030-2050), conforme o contrato de prestação de serviços nº 01/2024-ADP/PH, estabelecido entre a Agência de Desenvolvimento do Município de Porto Velho (ADMV) e a Fundação de Universidade Federal do Paraná (FUNFAPAR), resultante do edital de concorrência nº 001/2023-040-PM/PA.

Este resumo executivo tem por objetivo proporcionar uma visão global sobre os objetivos e a estratégia proposta para o desenvolvimento sustentável de Porto Velho no horizonte do Plano. Consolida uma síntese das atividades realizadas, destacando os principais pontos desenvolvidos durante três etapas e um conjunto de sete produtos, bem como, a consistência dos projetos e ações propostas.

Este Produto conclui a terceira etapa do PADES-PVH, sendo a principal referência para a elaboração da quarta e última etapa - Modelo de Governança composta pelos seguintes produtos: 10 - Modelo de Governança; 11 - Audiência Pública; 12 - Plano de Ação Estratégico e 13 - Relatório Final Consolidado.


PAE
D S S
P V H

BRASIL

RUNPAR

Resumo Executivo Conteúdo

Administrações Regionais e Planos de Estruturação Distrital e Ordenamento Territorial



PAE
D S S
P V H

BRASIL

RUNPAR

Quadro Síntese do Projeto 32

Administrações Regionais e Planos de Estruturação Distrital e Ordenamento Territorial	
Objeto/Área	Realizar planejamento e gestão integrada e participativa
Problema	Sobos desafios com população superior a 10 mil habitantes (AMR), os municípios localizados têm alta taxa de desigualdade, redução da prestação de serviços públicos, redução das desigualdades regionais e estímulo ao desenvolvimento urbano, econômico e ambiental local.
Ações Principais	realização de 2 administrações Regionais, elaboração e implementação de Planos Setoriais de Ordenamento Territorial (POT), promovendo a participação comunitária.
Estratégia	A partir da análise da experiência das administrações regionais, promover a descentralização administrativa mediante análise de governo digital incluindo sempre no planejamento territorial e urbano participativo, monitorando em infraestrutura e regulação fundiária.
Responsáveis e Interessados	Secretaria Municipal de Administração, Distrital e Territorial e Comissão Consultativa dos Distritos, Banco público e Organismos internacionais de cooperação.
Principais Resultados	Melhoria na prestação de serviços públicos, eficácia, eficiência, desburocratização, redução das desigualdades, desenvolvimento urbano sustentável, aumento da legitimidade, participação cidadã e resiliência territorial.
Benefícios Principais	Regulação, monitoramento dos distritos, serviços públicos municipais, transparência e participação social/cidadã, monitorando.
Prazo de Execução	48 meses

PAE
D S S
P V H

BRASIL

RUNPAR

PLANO DE GOVERNO

1. GESTÃO - 1.1 Porto Velho com Desenvolvimento Econômico

Parcerias Tecnológicas: Estabelecer parcerias tecnológicas com diversos setores industriais, para impulsionar a inovação, aumentar a produção e competitividade de Porto Velho.

Incentivos Fiscais: Avaliar e ampliar os incentivos fiscais para a instalação de novas empresas, criando um ambiente favorável ao crescimento industrial e à geração de empregos.

Infraestrutura de Transporte Intermodal: Investir na melhoria da infraestrutura de transporte intermodal, facilitando o escoamento da produção industrial e atraindo novos investimentos para a cidade.

Desburocratização: Simplificar os processos para a abertura de novas empresas, reduzindo a burocracia e incentivando o empreendedorismo local.

Capacitação e Linhas de Crédito: Oferecer capacitação para comerciantes e empresários, além de ampliar as linhas de crédito disponíveis, fortalecendo o comércio local e promovendo o crescimento econômico.

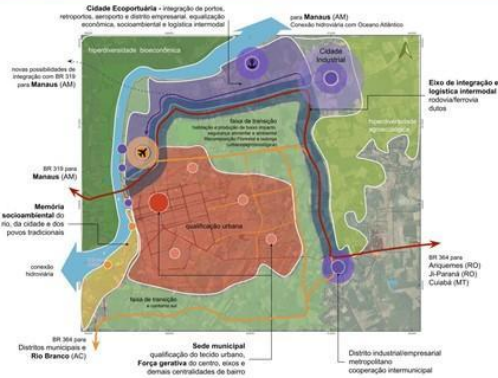
Fomento à Indústria Criativa: Investir na Indústria Criativa como política de inovação, a fim de que seus projetos ganhem escala e proporcionem um ambiente sustentável para o crescimento do setor.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Plano de Diretor de Integração Logística e Industrial de Porto Velho - PDILI

potencial PPP

ESTRATÉGIA: Ampliar a eficiência e a abrangência dos ativos logísticos existentes, mediante integração e complementaridade da infraestrutura e dos serviços e, ao mesmo tempo, em que oportuniza a geração de estoques (armazenagem) das matérias primas, atualmente de passagem, como insumos tanto para importação e exportação, como para a instalação de indústrias de beneficiamento da matéria e produtos de maior valor agregado diversificando o parque industrial e de serviços.



PLANO DE GOVERNO

1. GESTÃO - 1.1 Porto Velho com Desenvolvimento Econômico

Capacitação e Linhas de Crédito: Oferecer capacitação para comerciantes e empresários, além de ampliar as linhas de crédito disponíveis, fortalecendo o comércio local e promovendo o crescimento econômico.

Parcerias Tecnológicas: Estabelecer parcerias tecnológicas com diversos setores industriais, para impulsionar a inovação, aumentar a produção e competitividade de Porto Velho.

Desburocratização: Simplificar os processos para a abertura de novas empresas, reduzindo a burocracia e incentivando o empreendedorismo local.

Incentivos Fiscais: Avaliar e ampliar os incentivos fiscais para a instalação de novas empresas, criando um ambiente favorável ao crescimento industrial e à geração de empregos.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Porto Digital Amazônico + Política Municipal de Inovação

potencial PPP

ESTRATÉGIA: Criação de um parque tecnológico e ambiente de inovação em Porto Velho para fomentar o surgimento e o fortalecimento de atividades econômicas do setor privado na área de software e tecnologia da informação voltada para a solução de problemas da gestão pública municipal integrada em áreas como saúde, educação, gestão urbana e ambiental. Contribuir para o processo de desenvolvimento econômico local à medida que está associado com o fomento de setores portadores de futuro.

A Política Municipal de Inovação de Porto Velho está alicerçada em conceitos de vanguarda no campo dos sistemas de inovação, buscando impulsionar o desenvolvimento local por meio de um ambiente propício à geração e aplicação de novas ideias. Dentre os pilares que sustentam essa política, destacam-se:

- Inovação de produto
- Inovação de processo
- Inovação organizacional
- Inovação em marketing
- Inovação em modelo de negócio
- Inovação social

Inovação aberta (open innovation): inspirada na obra de Chesbrough (2003), a inovação aberta reconhece o valor de ideias provenientes tanto de fontes internas quanto externas à organização, fomentando a colaboração e a troca de conhecimento para impulsionar o desenvolvimento de soluções inovadoras.

Inovação orientada por missão (mission oriented innovation): a abordagem proposta por Mazzucato (2017) enfatiza a importância de estabelecer missões claras e ambiciosas para direcionar os esforços de inovação, buscando soluções para desafios sociais e econômicos prementes.



PLANO DE GOVERNO

2. CIDADE - 2.2 Meio Ambiente Cuidado e Sustentabilidade

Gestão de Resíduos: Implementar a coleta seletiva de resíduos sólidos em toda a cidade, fortalecendo parcerias com cooperativas de reciclagem, incentivando a criação de novas cooperativas e adotando tecnologias avançadas na gestão dos resíduos para aumentar a eficiência e reduzir o impacto ambiental.

Investimento em Energias Renováveis: Investir em fontes de energia renovável, com foco na geração de energia a partir de biomassa e promover a eficiência energética em todas as operações municipais. Converter a matriz energética da Prefeitura de Porto Velho para fontes sustentáveis e instalar iluminação pública por energia solar em toda a cidade, incluindo locais remotos onde não há rede elétrica.

Conservação Ambiental: Criar e manter parques e reservas naturais, incentivando a conexão saudável das pessoas com esses ambientes, expandindo as áreas de proteção permanente e protegendo os recursos hídricos. Incentivar a preservação da floresta em pé e promover a participação da cidade em programas de crédito de carbono, gerando benefícios econômicos e ambientais.

Manutenção e limpeza: Igarapés e córregos precisam receber atenção, pois detêm grande influência para a segurança e saúde da população, sendo essenciais para a drenagem das águas da chuva e das nascentes.

Educação Ambiental: Desenvolver projetos de educação ambiental nas escolas municipais para formar uma geração consciente e engajada na preservação do meio ambiente. Realizar campanhas de conscientização ambiental para toda a população e fomentar a participação comunitária nas políticas ambientais do município.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Projeto Caminhos d'Água

ESTRATÉGIA: Desenvolver o programa "Caminhos d'Água" em bairros da sede municipal e dos distritos de Porto Velho, requalificando cursos d'água com estratégias de educação ambiental, ampliação de áreas verdes e espaços de convivência, para recuperar e despoluir Igarapés e cursos d'água, revegetados e integrados a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável - SDUS, com ampliação de parques urbanos municipais.



PLANO DE GOVERNO

1. GESTÃO - 1.1 Porto Velho com Desenvolvimento Econômico

Capacitação e Linhas de Crédito: Oferecer capacitação para comerciantes e empresários, além de ampliar as linhas de crédito disponíveis, fortalecendo o comércio local e promovendo o crescimento econômico.

Investimento em Tecnologia Agrícola: Investir em tecnologia agrícola e na extensão rural, modernizando o setor e aumentando a produtividade das propriedades rurais.

Apoio às Cooperativas: Fortalecer e apoiar as cooperativas de produção, garantindo acesso a recursos e infraestrutura que possibilitem o crescimento sustentável do agronegócio.

Infraestrutura Rural: Investir em infraestrutura rural, melhorando as condições de transporte e logística para escoamento da produção agrícola e ampliando o acesso a mercados.

Incentivos Fiscais: Avaliar e ampliar os incentivos fiscais para a instalação de novas empresas, criando um ambiente favorável ao crescimento industrial e à geração de empregos.

2. CIDADE - 2.4 Agricultura Sustentável

Incentivo à Diversificação das Cadeias Produtivas: Fomentar a avicultura de corte e postura, atraindo empresas para implementar sistemas de integração com os produtores locais.

Apoio à Produção Orgânica: Promover a produção de alimentos orgânicos e naturais, oferecendo suporte técnico e incentivos financeiros para agricultores que adotem práticas agrícolas sustentáveis, alinhadas com as exigências do mercado e as tendências de consumo saudável.

Assistência Técnica e Educação Ambiental: Estabelecer parcerias com institutos de pesquisa, universidades e órgãos de extensão rural para oferecer assistência técnica contínua aos produtores.

Infraestrutura e Logística Rural: Melhorar a infraestrutura rural com a manutenção e ampliação das estradas vicinais, incluindo patrolamento, cascalhamento e a instalação de bueiros e pontes.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desenvolvimento Agropecuário Sustentável e Diversificado

ESTRATÉGIA: Desenvolver a agricultura e a pecuária em pequenas e médias propriedades de Porto Velho, para aumento da renda per capita e diversificação da estrutura produtiva, por meio de tecnologias inovadoras, especialmente com o uso de processos de cultivo e produção agroflorestais e integração Lavoura Pecuária Floresta (ILPF), com ações de formação de capital humano e rede de comercialização e escoamento da produção.



PLANO DE GOVERNO

1. GESTÃO - 1.1 Porto Velho com Desenvolvimento Econômico

Incentivos Fiscais: Avaliar e ampliar os incentivos fiscais para a instalação de novas empresas, criando um ambiente favorável ao crescimento industrial e à geração de empregos.

Desburocratização: Simplificar os processos para a abertura de novas empresas, reduzindo a burocracia e incentivando o empreendedorismo local.

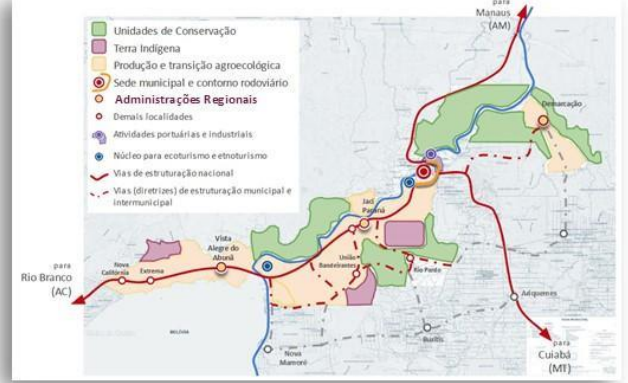
Capacitação e Linhas de Crédito: Oferecer capacitação para comerciantes e empresários, além de ampliar as linhas de crédito disponíveis, fortalecendo o comércio local e promovendo o crescimento econômico.

Fomento à Indústria Criativa: Investir na Indústria Criativa como política de inovação, a fim de que seus projetos ganhem escala e proporcionem um ambiente sustentável para o crescimento do setor.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Administrações Regionais

ESTRATÉGIA: Fortalecer a administração municipal de Porto Velho, Rondônia, através da descentralização de serviços e da promoção do desenvolvimento urbano integrado dos distritos municipais. Instalação de Administrações Regionais e Planos de estruturação urbana e ordenamento territorial.



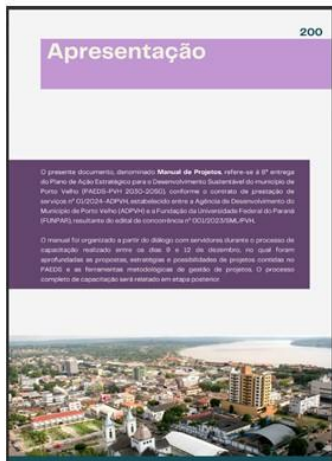
Plano Diretor de Integração Logística e Industrial de Porto Velho - PDILI

Map of Porto Velho with five numbered strategic areas highlighted in colored callouts:

- 1** (Dark Blue): Plano Diretor de Integração Logística e Industrial de Porto Velho - PDILI
- 2** (Blue): Distritos com administração regional e Projetos de Ordenamento Territorial
- 3** (Orange): Desenvolvimento Agropecuário Sustentável e Diversificado
- 4** (Green): Programa Caminhos d'Água
- 5** (Yellow): Porto Digital Amazônico

6. Manual de projetos e capacitação

Manual Gestão Pública por Projetos

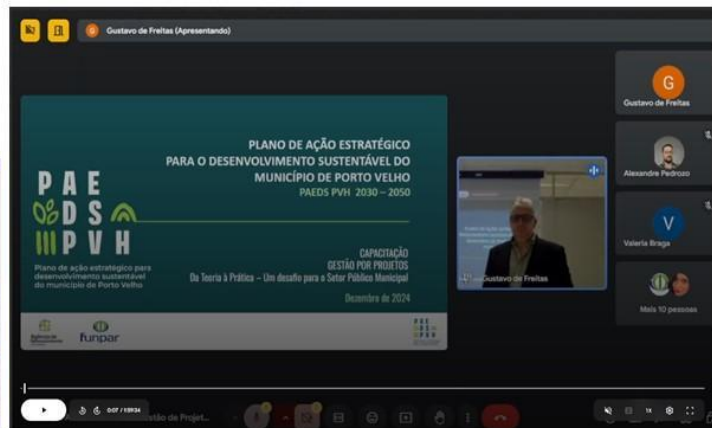


Áreas do Gerenciamento do Projeto



6. Manual de projetos e capacitação

Capacitação



Aspectos legais

Esta proposta considera a Lei Complementar Municipal nº 1.000 de 07 de janeiro de 2025 sobre a nova organização básica da administração municipal e o Decreto nº 15.26/2020 sobre o sistema de governança municipal.

Observou-se, em caráter preliminar, um alinhamento entre os conceitos e complementariedades da nova estrutura e os da governança aqui proposta que, oportunamente, deverão ser confirmados com a equipe municipal.

Conceito

O sistema de governança está organizado em dois modelos interdependentes.

O **primeiro** é voltado para o **poder público municipal** na forma de uma Unidade Executiva do PAEDS, cujo objetivo é a gestão do PAEDS enquanto política pública, implementação de projetos e avaliação de resultados.

O **segundo** é orientado para **participação da sociedade civil** organizada e articulação com órgãos colegiados na

Conceito

Governança, por sua vez, é definida como a função diretiva, que estabelece o rumo e as diretrizes para a gestão. Suas principais atividades incluem:

- Avaliar: analisar o ambiente interno e externo, identificar oportunidades e ameaças, avaliar o desempenho da organização e os resultados alcançados em relação aos objetivos.
- Direcionar: definir a visão, missão, valores e objetivos estratégicos da organização, bem como as políticas públicas e as prioridades de atuação.
- Avaliar e Monitorar: acompanhar o desempenho da gestão, verificar o cumprimento das metas estabelecidas e garantir que as ações estejam alinhadas com os objetivos estratégicos.

Tribunal de Contas da União (TCU) - "10 Passos para a Boa Governança" de 2021

Conceito

Gestão, definida como a função realizadora, abrange as atividades operacionais de execução, tais como:

- Planejar: definir objetivos, metas, estratégias e ações para alcançar os resultados desejados.
- Executar: implementar as ações planejadas, mobilizando recursos e equipes para alcançar os objetivos.
- Controlar: monitorar o progresso das ações, identificar desvios e implementar medidas corretivas para garantir o alcance dos resultados.

Tribunal de Contas da União (TCU) - "10 Passos para a Boa Governança" de 2021

Conceito

*Em resumo, a **governança** se concentra em "direcionar" e garantir que o que está sendo feito esteja alinhado com os objetivos estratégicos de determinada organização ou planejamento, enquanto a **gestão** se concentra em "fazer" e executar.*

Governança PAEDS

Síntese das principais características do PAEDS que deverão ser contempladas na proposta para a Governança:

- Plano de longo prazo institucionalidade formal que permita integrar as visões e prioridades das diferentes gestões públicas com as demandas e propostas da sociedade civil organizada;
- Visão de futuro relacionando a atividades de curto e longo prazos, relação entre política pública e gestão de projetos;
- Articulação Multidisciplinar e Inter federativa;
- Relação entre o Setor Público e a Sociedade Civil Organizada;

Governança PAEDS

Síntese das principais características do PAEDS que deverão ser contempladas na proposta para a Governança:

- Relação entre instâncias decisórias do governo municipal, Câmara de Vereadores e entidades colegiadas setoriais (Terceiro setor, Conselhos etc.);
- Relação com outros Planos Municipais e regionais (por ex. PDM, PMob, Saneamento, PDE -RO, dentre outros);
- Relação entre a Política Municipal de Inovação e o eixo de Inovação no PAEDS;
- Orçamento: LOA, LDO PPA;
- Participação das administrações regionais.

Diagrama da arquitetura institucional PAEDS



Governança em Porto Velho – Comitê Gestor

DETALHAMENTO DO COMITÊ DO PAEDS-PVH

CARACTERÍSTICAS	DESCRIÇÃO
Natureza	Órgão colegiado de caráter estratégico-executivo, responsável por coordenar e articular a implementação integrada dos projetos do PAEDS-PVH, monitorar os resultados e tomar decisões estratégicas.
Composição	Coordenado pelo coordenador da UGP e composto por representantes das secretarias municipais envolvidas diretamente na execução do Plano (no máximo cinco).
Atribuições	<ul style="list-style-type: none"> Articular a atuação das diferentes secretarias municipais e órgãos envolvidos diretamente na execução do Plano. Manter o CIG e os Comitês Internos informados sobre o PAEDS-PVH. Propor ao CIG o orçamento, as prioridades e metas anuais do PAEDS-PVH. Acompanhar a execução dos projetos e ações, monitorando o cumprimento dos cronogramas e orçamentos. Avaliar os resultados alcançados e propor ajustes e melhorias no PAEDS-PVH. Propor à SEMPOG alterações no PDM e em Planos Setoriais para compatibilização com projetos estratégicos do PAEDS-PVH. Garantir a comunicação e a transparência na gestão do Plano.
Funcionamento	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões periódicas, com periodicidade definida no regimento interno. Deliberações por maioria simples tendo o coordenador o voto de desempate. Publicação das atas das reuniões e demais documentos relevantes.

Fonte: elaboração própria.

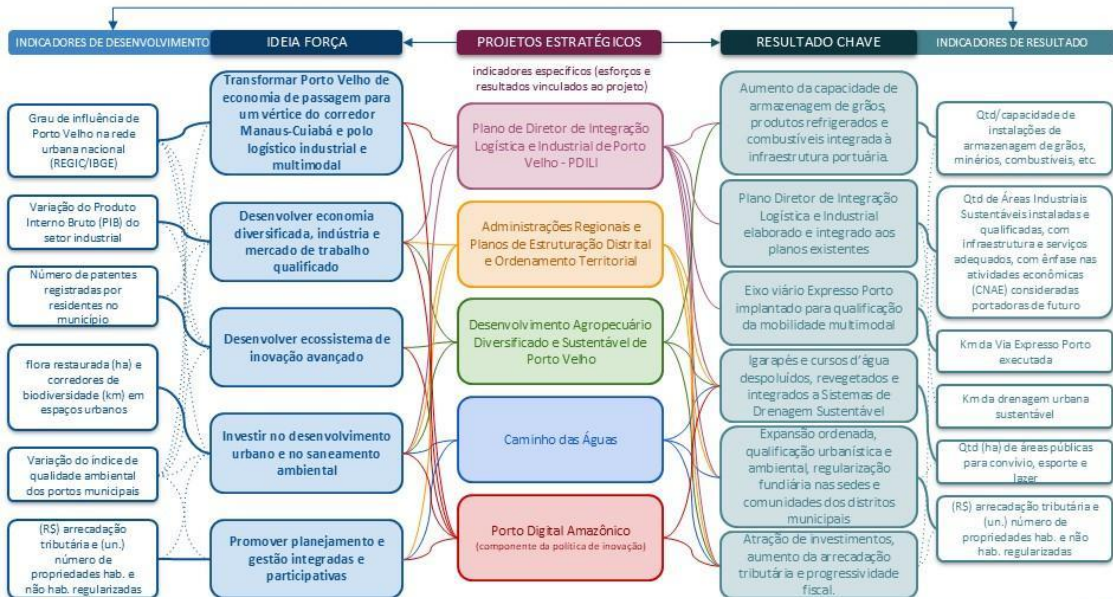
Governança em Porto Velho UGP

DETALHAMENTO DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS

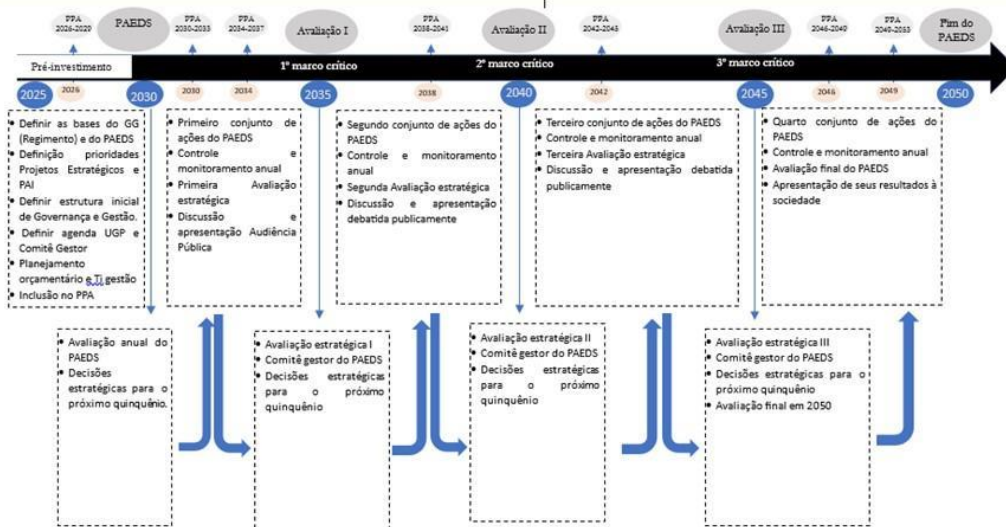
CARACTERÍSTICAS	DESCRIÇÃO
Natureza	Equipe técnica especializada, responsável pela gestão/execução, planejamento e monitoramento operacional dos projetos PAEDS PVH, além de dar suporte ao GIC quando convocado e apoio ao O Comitê Gestor e à Comissão da Sociedade Civil.
Composição	Profissionais da administração pública municipal com expertise em planejamento, gestão de projetos, monitoramento e avaliação, comunicação, entre outras áreas relevantes. Um Coordenador Executivo, um Núcleo Técnico com profissionais experientes nos eixos transversais do PAEDS PVH e um Núcleo Gestor, formado pelos profissionais responsáveis pela execução dos projetos.
Atribuições	<ul style="list-style-type: none"> Manter atualizado o status de desenvolvimento do PAEDS PVH, seus projetos e ações. Participar das reuniões e informar o CIG por convocação. Coordenar e dar suporte às reuniões do Comitê Gestor (GT SP) promovendo a articulação do PAEDS junto às Secretarias e entidades envolvidas. Articulação com entidades externas em consonância com o GIC. Articulação especial com a SEMPOG sobre diretrizes e recomendações e PD PVH. Promover reuniões periódicas com o com a Comissão da Sociedade Civil (GT SCO). Elaborar com o apoio do GT SP o orçamento e cronogramas anuais e plurianuais do PAEDS para aprovação pelo CIG. Elaborar relatórios periódicos de acompanhamento e sobre o desempenho do PAEDS PVH. Monitorar a execução dos projetos, analisando o cumprimento dos cronogramas, orçamentos e metas. Promover a comunicação e a transparência na gestão do Plano.
Funcionamento	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões periódicas. Envio de relatórios de acompanhamento e avaliação do Plano. Visitas e inspeções locais Reuniões com atores externos inclusive fora de PVH

Fonte: elaboração própria.

correlação projetos, ideias, resultados e indicadores



Planejamento Orçamentário PAEDS



Implementação da Governança

PRINCIPAIS MARCOS PARA A GOVERNANÇA DO PAEDS

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	INÍCIO	FIM
Estruturar e elaborar regimento do Gabinete de Governança - GGov	SGov	Jun 2025	Jun 2025
Integrar o PAEDS a agenda do GGov	SGov e GGov	Jun 2025	Jun 2025
Discutir e eleger os projetos estratégicos do PAEDS	SGov e GGov	Jun 2025	Jul 2025
Integrar os projetos eleitos do PAEDS ao PPA e orçamento	SGov e GGov	Jul 2025	Ago 2025
Organizar o Comitê Gestor do PAEDS - CG SP + Plano de Trabalho	SGov, Ggov e Secretarias	Ago 2025	Ago 2025
Organizar Unidade de Gerenciamento PAEDS + Plano de Trabalho + Definição gestores + Definição Núcleos UGP	GGov e Secretarias	Set 2025	Set 2025
Elaboração e aprovação Manual Processos e Métodos da UGP	GGov e UGP	Set 2025	Out 2025
Desenvolvimento da plataforma de TI para gestão monitoramento e avaliação	SGG; GG; 1 Coordenador	Ago 2025	Out 2025
Detalhamento projetos estratégicos	CG SP e UGP	Set 2025	Dez 2025
Avaliação anual indicadores de resultado	CG e UGP	Jan 2026	Fev 2026
Implementação dos projetos estratégicos	CG e UGP	Jan 2026	Dez 2029
Organização do Grupo de trabalho SCO	CG e Ugp	Nov 2026	Dez 2026

1º SEMINÁRIO DE
**PLANEJAMENTO
MUNICIPAL**

Cuidar do futuro é planejar com responsabilidade!

16

MAIO

Sexta-feira

8h - 18h

Obrigado!



Anexo 2 – apresentação Política de Inovação

PAEDS PVH

PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICO
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
PAEDS PVH 2030 – 2050

Política Municipal de Inovação
Entrega 5

Maio de 2025

funpar

Produto

PAEDS PVH

PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICO
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
PAEDS PVH 2030-2050

ENTREGA 05
POLÍTICA DE INOVAÇÃO MUNICIPAL
Setembro | 2024

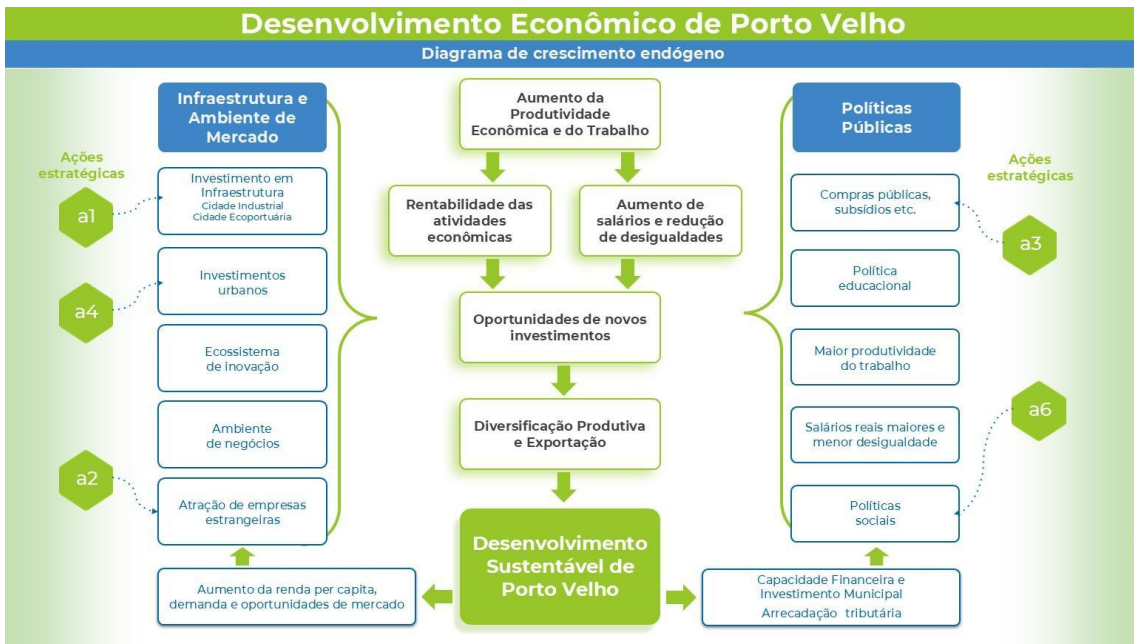
SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
INTRODUÇÃO	3
1. SISTEMAS DE INOVAÇÃO	1
1.1 Conceitos	2
1.2 Breves Anos	4
2. SITUAÇÃO ATUAL DE INOVAÇÃO	6
3. POLÍTICA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO	7
3.1 Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação	8
3.2 Conselho Municipal de Inovação	11
3.2.1 Diretrizes e Responsabilidades	12
3.2.2 Composição e Organização	13
3.3 Fundo Municipal de Inovação	14
3.3.1 Fontes de Recursos	16
3.3.2 Aplicação e Concessão	15
3.3.3 Administração e Supervisão	16
3.4 Medidas de Incentivo à Inovação	17
3.4.1 Estímulo ao Ambiente Promotor de Inovação	17
3.4.2 Estímulo à Inovação nas Empresas	18
3.4.3 Estímulo ao Empreendedorismo Inovador	22
3.4.4 Estímulo ao Inventor Independente	23
3.4.5 Estímulo à Inovação Social	24
3.4.6 Estímulo à Inovação na Gestão Municipal	25
5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES	26
4. CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO	27
6. PLANO DE COMUNICAÇÃO	28
7. GLOSSÁRIO	30
ANEXO I - RESUMO DO DIAGNÓSTICO PAEDS	34
ANEXO II - MINUTA DE LEI	37
REFERÊNCIAS	49

Link de acesso



https://drive.google.com/file/d/1jQffjYdntvYybSmo48qAzX_8V05QcBfPJ/view?usp=drive_link

Made with **GAMMA**





Análise SWOT

			
<p>Crescimento empresarial: o aumento de 56% no número de CNPJs ativos entre 2019 e 2024 indica um ambiente de negócios favorável e potencial de crescimento econômico.</p> <p>Mão de obra acessível: a presença de negócios intensivos em mão de obra pode atrair empresas que buscam reduzir custos.</p> <p>Multifuncionalidade e diversificação das empresas: o alto número de CNAEs por empresa (5 em média) demonstra a capacidade de adaptação das empresas e a diversificação de suas atividades.</p> <p>Predominância de MEIs e MEs: a maioria das empresas em Porto Velho são micro e pequenas empresas, o que pode indicar flexibilidade e facilidade para abertura de novos negócios.</p> <p>Startups em estágio de operação: 58% das startups estão em estágio de operação, o que é superior às médias nacional, regional e estadual.</p> <p>Escritórios de transferência de tecnologia: a existência de dois escritórios de transferência de tecnologia (NIT da FioCruz/RO e CITT da UNIR) facilita a transferência de conhecimento e tecnologia para o mercado.</p> <p>Iniciativas de apoio: a existência de pré-incubadoras, incubadoras e aceleradoras demonstra o apoio ao empreendedorismo e à inovação.</p> <p>Presença de investidores anjo: o programa Location Forthcoming do Founder Institute indica a existência de investimento em startups locais.</p> <p>Polo educacional: a presença de 13 instituições de ensino superior, representando 40% da estrutura de Rondônia, consolida Porto Velho como um polo educacional.</p> <p>Existência de plano de desenvolvimento: o Plano Consolidado de Intervenção no Ecosistema de Inovação demonstra o planejamento estratégico para o desenvolvimento.</p> <p>Criação do conselho de inovação: a existência do Conselho Deliberativo do Ecosistema Local de Inovação indica a busca por uma governança colaborativa para o desenvolvimento da inovação.</p>	<p>Baixa densidade empresarial: a alta relação de habitantes por empresas sugere baixa densidade empresarial e concentração de empregos em poucas empresas.</p> <p>Alta mortalidade empresarial: quase metade das empresas não sobrevive após dois anos, indicando um ambiente de negócios desafiador.</p> <p>Empresas jovens com baixa maturidade: a média de idade das empresas ativas é de 7 anos, e quase metade das empresas não sobrevive após dois anos, indicando um ambiente de negócios desafiador.</p> <p>Baixo capital investido: a maioria das empresas possui capital baixo, evidenciando a predominância de pequenos e médios investimentos.</p> <p>Baixa intensidade tecnológica: o número de empresas intensivas em tecnologia é baixo, o que pode impactar a produtividade e a competitividade.</p> <p>Baixa inovação voltada ao mercado: a maioria das empresas implementa inovações de processo para uso interno, com poucas inovações de produto voltadas ao mercado.</p> <p>Baixa proteção da propriedade intelectual: Rondônia e Porto Velho possuem baixo índice de depósitos de proteção industrial, indicando a necessidade de fortalecer a cultura de proteção à propriedade intelectual.</p> <p>Baixa participação em incentivos à inovação: poucas empresas participam da Lei do Bem e do Inova Simples, indicando a necessidade de maior divulgação e acesso a esses programas.</p> <p>Baixa maturidade do ecossistema de inovação: o ecossistema de inovação ainda está em estágio inicial, necessitando de maior estruturação e desenvolvimento.</p> <p>Baixo faturamento das startups: a porcentagem de startups com faturamento entre R\$ 81 mil e R\$ 360 mil é inferior à média nacional.</p> <p>Concentração de startups em setores não prioritários: a concentração de startups em Educação, Saúde e Bem-estar e Serviços Profissionais contrasta com a prioridade do agronegócio como vocação municipal.</p> <p>Desalinhamento do ecossistema de startups: a concentração de startups em setores não prioritários para o município pode dificultar o desenvolvimento de soluções inovadoras para as demandas locais.</p> <p>Baixo nível de escolaridade: a baixa taxa de pessoas com ensino superior e a concentração em áreas tradicionais</p>	<p>Potencial de crescimento: o ecossistema de startups, apesar de pequeno, está em estágio de operação e pode crescer significativamente.</p> <p>Demanda por inovação: a presença de setores como serviços de tecnologia da informação e saúde indica a demanda por soluções inovadoras.</p> <p>Vocação para o agronegócio: o agronegócio, como vocação municipal, oferece oportunidades para o desenvolvimento de startups e empresas inovadoras nesse setor.</p> <p>Abundância de recursos naturais: a biodiversidade da Amazônia pode ser aproveitada para o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores na bioeconomia.</p> <p>Expansão da economia digital: o crescimento da economia digital oferece oportunidades para o desenvolvimento de startups e empresas de tecnologia.</p> <p>Existência de incentivos fiscais: a Lei do Bem e o Inova Simples podem ser aproveitados para impulsionar a inovação nas empresas locais.</p> <p>Potencial de expansão urbana: a vasta extensão territorial de Porto Velho oferece oportunidades para o desenvolvimento de novos setores e expansão urbana planejada.</p> <p>Demanda por mão de obra: a presença de negócios intensivos em mão de obra pode atrair empresas que buscam reduzir custos, gerando oportunidades de emprego.</p>	<p>Concorrência de outras regiões: a concorrência de outras regiões com ecossistemas de inovação mais maduros pode dificultar a atração de investimentos e talentos.</p> <p>Instabilidade econômica: a instabilidade econômica pode impactar o desenvolvimento de startups e empresas inovadoras, dificultando o acesso a crédito e investimentos.</p> <p>Excesso de burocracia: a burocracia excessiva pode dificultar a abertura e o desenvolvimento de negócios inovadores.</p> <p>Falta de mão de obra qualificada: a escassez de mão de obra qualificada pode limitar o crescimento de empresas intensivas em conhecimento e tecnologia.</p> <p>Mudanças tecnológicas: as rápidas mudanças tecnológicas exigem constante atualização e adaptação por parte das empresas e profissionais.</p>



Política Municipal de Inovação

Objetivo

Estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, visando a consolidação de um ecossistema local de inovação que complemente as estratégias de desenvolvimento econômico sustentável do município

Princípios

- Fomentar o desenvolvimento
- Reduzir desigualdades
- Promover a cooperação
- Estimular a inovação
- Aumentar a competitividade
- Melhorar o ambiente de inovação
- Capacitar e fortalecer
- Otimizar instrumentos de fomento
- Simplificar a gestão
- Utilizar o poder de compra estatal
- Integrar inventores

Made with **GRAMINA**

Marcos Regulatórios

- Lei Federal 10973/2004 (Lei da Inovação)
- Lei Complementar nº 182/2021 (Marco Legal das Startups)
- Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento da Amazônia Legal (CGEE, 2013)
- Subsídios para Políticas Orientadas por Missão – POM (CGEE, 2023)
- Subsídios para Políticas de CT&I para Amazônia +10 (CGEE, 2024)
- Plano Consolidado de Intervenção no Ecossistema de Inovação de Porto Velho (Sebrae, 2023)
- Recomendações Internacionais
- Estratégias legais de mais de 30 municípios

Made with GAMMA



Componentes da Política Municipal de Inovação

Sistema Municipal de CT&I

Conselho Municipal de Inovação

Fundo Municipal de Inovação

Medidas de Incentivo

Lei de Inovação

Made with GAMMA

Sistema Municipal de CT&I

Articula organismos públicos e privados para o desenvolvimento da inovação

Promove interações e sinergia entre os membros

Cria canais de apoio à inovação

Composição

Representantes do Conselho Municipal de Inovação, Prefeitura, Câmara Municipal, comunidade, ICTs, instituições de ensino, empresas e outros

Conselho Municipal de Inovação

Órgão consultivo, deliberativo e propositivo

Formula, implementa e avalia a Política Municipal de Inovação

Composição

Representantes do poder público, comunidade, setor econômico e instituições de ensino e pesquisa

Delibera sobre incentivos e recursos do Fundo Municipal de Inovação

Articula os atores do Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação

Fundo Municipal de Inovação

- Objetivo**
 Fomentar a inovação e a pesquisa científica e tecnológica
- Fontes de recursos**
 Dotações orçamentárias, transferências da União, doações, receitas de eventos, etc
- Aplicação dos recursos**
 Pesquisa e desenvolvimento, aquisição de equipamentos, apoio a startups, eventos, bolsas, etc
- Modalidades de apoio**
 Não reembolsável, reembolsável, bolsas, subvenções e captação
- Administração**
 Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho (SEMDESTUR), com supervisão do Conselho Municipal de Inovação

Medidas de Incentivo à Inovação

- Ambiente Promotor**
- Inovação nas Empresas**
- Empreendedorismo**
- Inventor Independente**
- Inovação Social**
- Gestão Pública**

Incluem incentivos fiscais, como isenção de IPTU, ITBI e ISS

Priorizam setores como bioeconomia, saúde, logística, agricultura sustentável, turismo e energias renováveis

Lei de Inovação

- CAPÍTULO I: Das Disposições Preliminares
- CAPÍTULO II: Das Medidas de **Incentivo à Inovação**
- CAPÍTULO III: Da **Política Municipal** de Ciência, Tecnologia e Inovação
- CAPÍTULO IV: Do **Sistema Municipal** de Ciência, Tecnologia e Inovação - SMCTI
- CAPÍTULO V: Do **Conselho Municipal** de Ciência, Tecnologia e Inovação - CMCTI
 - Seção I: Da Diretoria Executiva do CMCTI
- CAPÍTULO VI: Do **Fundo Municipal** de Inovação
 - Seção I: Da Aplicação dos Recursos
 - Seção II: Da Administração e Gestão do Fundo
- CAPÍTULO VII: Das **Disposições Finais**

Projeto de Lei - princípios fundamentais

- Promoção do empreendedorismo inovador e atividades de CT&I como estratégicas para o desenvolvimento.
- Garantia da continuidade dos processos de CT&I com recursos assegurados.
- Redução das desigualdades municipais.
- Descentralização das atividades de CT&I.
- Promoção da cooperação e interação entre setores público, privado e empresas.
- Estímulo à inovação em ICTs e empresas, incluindo atração de centros de P&D e parques tecnológicos.
- Promoção da competitividade empresarial.
- Incentivo a ambientes favoráveis à inovação e transferência de tecnologia.
- Promoção da formação e capacitação científica e tecnológica.
- Fortalecimento das capacidades operacionais, científicas, tecnológicas e administrativas das ICTs.
- Atratividade e aperfeiçoamento dos instrumentos de fomento e crédito.
- Simplificação de procedimentos para gestão de projetos de CT&I e controle por resultados.
- Utilização do poder de compra do Estado para fomento à inovação.
- Apoio e integração de inventores independentes



Projeto de Lei - Capítulo II: Medidas de Incentivo à Inovação

- Buscam estimular diversas frentes:
 - Ambientes promotores de inovação.
 - Inovação no setor produtivo.
 - Empreendedorismo inovador.
 - Inventores independentes.
 - Inovação social.
 - Geração de soluções inovadoras para a gestão pública municipal.



[link para relatório e projeto de lei](#)

Projeto de Lei - Capítulo III: Política Municipal de CT&I

- Institui a Política Municipal de incentivo e apoio à Ciência, Tecnologia e Inovação em Porto Velho.
- Define instrumentos para direcionar ações e estratégias voltadas ao empreendedorismo, desenvolvimento econômico sustentável, tecnológico e de inovação.
- Deve estar em consonância com a política municipal de desenvolvimento, a presente Lei e as diretrizes dos governos Federal e Estadual.
- Será formulada e proposta a cada quatro anos pelo Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação e referendada pelo Poder Executivo, alinhada ao Plano Plurianual (PPA).
- Principais Instituições para Concretização da Política:
 - Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.
 - Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.
 - Fundo Municipal de Inovação



[link para relatório e projeto de lei](#)

Projeto de Lei - Capítulo IV: Sistema Municipal de CT&I (SMCTI)

- Instituído como instrumento de governança para orientar as atividades que promovem CT&I em Porto Velho.
- Visa viabilizar:
 - A **articulação** estratégica das atividades de organismos públicos e privados que atuam em inovação.
 - O **incremento** das interações para ampliar a sinergia.
 - A **construção de canais e instrumentos** qualificados de apoio à inovação.
- É um ambiente dinâmico, aberto e organizado em rede, com diversos atores desempenhando papéis distintos e complementares.
- Representa o ambiente complexo de interações que compartilham infraestrutura, incentivos e fundos.
- Tem caráter exclusivamente consultivo.
- **Composição (Integram o Sistema):**
 - Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.
 - Poder Executivo Municipal (Secretarias de inovação/desenvolvimento).
 - Comunidade científica e acadêmica local.
 - Associação Comercial e Empresarial de Porto Velho (ACEP).
 - Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (FIERO).
 - Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia (FAPERON).
 - Entidades de apoio às empresas (preferencialmente Sistema S).
 - Comunidades de startups e empreendedorismo inovador.
 - Ambientes promotores de inovação (Parques Tecnológicos, Incubadoras, Aceleradoras, etc.).
- Outras instituições relevantes podem ser credenciadas



[link para relatório e projeto de lei](#)

Projeto de Lei - Capítulo V: Conselho Municipal de CT&I (CMCTI)

- órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e propositivo.
- **Finalidade:** Assessorar o poder executivo municipal na formulação, implementação e avaliação da Política Municipal de Inovação.
- Busca promover:
 - Processos inclusivos com participação ativa (governo, empresas, sociedade, academia).
 - Política de inovação que identifique oportunidades locais.
 - Medidas que minimizem e distribuam riscos inerentes à inovação.
 - Simplificação e otimização de processos burocráticos.
- Tem caráter deliberativo e apoia o planejamento e gestão da Administração Pública Municipal.
- **Composição:**
 - **Poder Público:** 4 membros (3 do Executivo, 1 Vereador).
 - **Comunidade:** 2 representantes (indicados pela Câmara).
 - **Setor Econômico:** 5 representantes (ADPVH, Fecomércio/RO, FIERO, Sebrae Rondônia, Faperon).
 - **Instituições de Ensino/CT&I:** 4 representantes (UNIR, IFO, Fiocruz Rondônia, Embrapa Rondônia).
- **Membros** nomeados por decreto do Prefeito. Mandato de até 2 anos, prorrogável.



[link para relatório e projeto de lei](#)

Projeto de Lei - Capítulo V: Conselho Municipal de CT&I (CMCTI)

- Responsabilidades/Competências:
 - Formular e propor **diretrizes e prioridades** para a Política de Inovação (em conformidade com o PAEDS).
 - Formular, propor, avaliar e fiscalizar a **execução da Política**.
 - **Deliberar sobre concessão de incentivos e aplicação de recursos** do Fundo Municipal de Inovação.
 - **Fiscalizar** o funcionamento e contabilidade do **Fundo**.
 - Aprovar as **Medidas de Incentivo** à Inovação.
 - Promover a **articulação entre atores** do Sistema Municipal de CT&I.
 - Deliberar sobre o **credenciamento de entidades** no Sistema.
 - **Fomentar a participação** da sociedade civil.
 - Representar e promover os **interesses comuns** de seus membros.
 - Elaborar estudos sobre **vocações e demandas locais**.
 - Emitir **opiniões, pareceres e recomendações**.
 - Aprovar a **agenda de eventos** relevantes.



[link para relatório e projeto de lei](#)

Projeto de Lei - Capítulo VI: Fundo Municipal de Inovação (FMI)

- Fontes de Receita:
 - **Dotações orçamentárias** da prefeitura (sugestão de 2,0% da receita orçamentária anual na minuta).
 - Recursos de **transferências da União, Estados ou outros municípios**.
 - Recursos de **acordos, convênios, contratos** firmados com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.
 - **Doações, auxílios, subvenções, legados, contribuições** de pessoas físicas e jurídicas.
 - Receitas de **eventos, atividades, campanhas** para angariar fundos.
 - Recursos de **alienação de bens inservíveis** do Fundo.
 - Recursos de **cessão/concessão de patentes, desenhos industriais e marcas** apoiadas pelo Fundo.
 - Recursos de **participação nos lucros** de comercialização de produtos/serviços apoiados.
 - Recursos da **transferência de tecnologias**.
 - Recursos de **outros fundos municipais**.
 - Recursos da **Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)**.
 - **Rendimentos de aplicações financeiras**.
 - **Rendimentos de operações de crédito**.
 - **Devoluções de recursos e multas** de projetos



[link para relatório e projeto de lei](#)

Projeto de Lei - Capítulo VI: Fundo Municipal de Inovação (FMI)

● Aplicação dos Recursos:

- Aplicados exclusivamente em **projetos e ações de apoio à inovação e tecnologia** no âmbito da Política Municipal.
- Concedidos a **pessoas físicas ou jurídicas** (públicas ou privadas) em regularidade fiscal com o município.
- Propostas devem ter **caráter inovador ou mérito técnico-científico**, preferencialmente com impacto social, econômico ou ambiental.
- Seleção por **banca avaliadora** seguindo critérios técnicos e impessoais.
- Recursos podem ser usados de forma contínua via **editais/chamadas públicas** ou regras de financiadores.
- Apoio financeiro para:
 - Pesquisa e desenvolvimento de novos produtos/processos/serviços.
 - Estudos de viabilidade econômica para prospecção de tecnologias.
 - Aquisição de máquinas e equipamentos de laboratório/técnico-científicos.
 - Manutenção de incubadoras, aceleradoras e ambientes promotores.
 - Desenvolvimento de startups.
 - Projetos de iniciação técnico-científica para alunos.
 - Elaboração de teses, dissertações, monografias (relacionadas ao desenvolvimento do Município).
 - Realização de eventos técnicos/científicos (congressos, feiras, cursos).
 - Realização de hackathons, ideathons e eventos correlatos.



[link para relatório e projeto de lei](#)

Papéis e Responsabilidades

ATOR	TIPO DE RESPONSABILIDADES	DESCRIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES
Câmara Municipal	Responsabilidades Legislativas	<ul style="list-style-type: none">- Analisar, debater e aprovar o projeto de lei que institui a Política Municipal de Inovação- Fiscalizar a implementação da política e o uso dos recursos do Fundo Municipal de Inovação
Prefeitura Municipal	Responsabilidades Executivas	<ul style="list-style-type: none">- Elaborar o projeto de lei da Política Municipal de Inovação, em conjunto com a sociedade civil e outros atores relevantes- Regulamentar a lei por meio de decretos, definindo os detalhes operacionais do Conselho, do Fundo e das medidas de incentivo- Implementar a política, estruturando os órgãos responsáveis e executando as ações previstas- Gerenciar o Fundo Municipal de Inovação, incluindo a captação e aplicação dos recursos- Promover a participação da sociedade e a transparência em todas as fases da implementação
Conselho Municipal de Inovação	Responsabilidades Deliberativas e Consultivas	<ul style="list-style-type: none">- Formular diretrizes e prioridades para a política de inovação- Acompanhar e avaliar a implementação da política- Propor ações e projetos para o desenvolvimento do ecossistema de inovação- Deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Inovação- Fomentar a articulação entre os diferentes atores do ecossistema de inovação
Ecossistema de Inovação	Responsabilidades Participativas	<ul style="list-style-type: none">- Contribuir para a elaboração e implementação da política de inovação- Participar dos conselhos e fóruns de discussão- Apresentar propostas e projetos para o desenvolvimento da inovação no município- Fiscalizar a implementação da política e o uso dos recursos públicos

Made with **GAMMA**

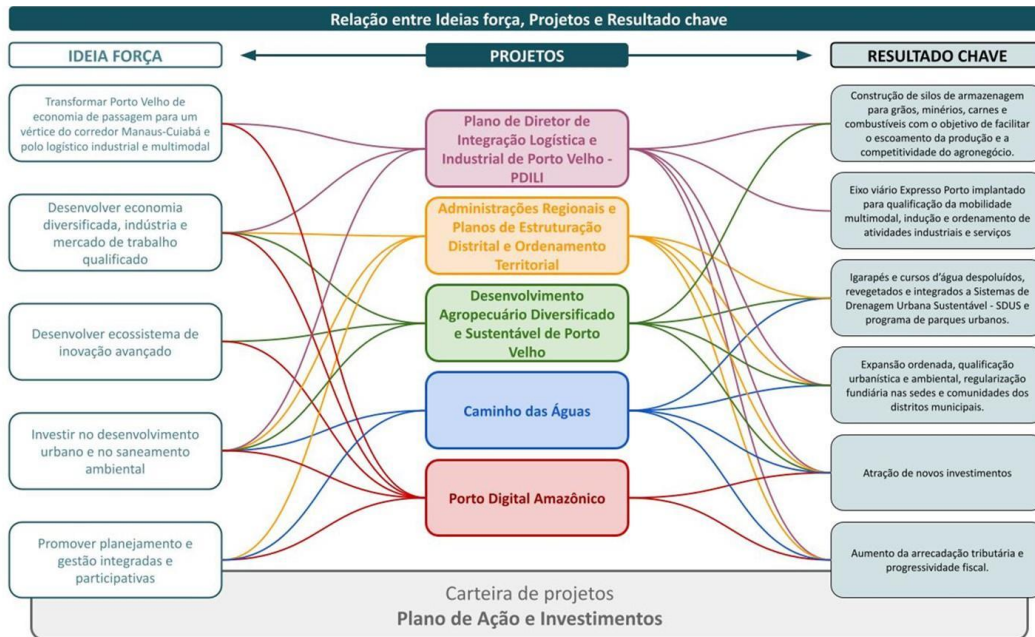
Cronograma

FASE	TEMPO	AÇÕES NECESSÁRIAS
Discussão da Proposta de Lei	3 meses	<ul style="list-style-type: none"> - Lançamento oficial da Política Municipal de Inovação, com ampla divulgação para a sociedade e o ecossistema de inovação - Criação de um grupo de trabalho multidisciplinar, com representantes do governo, empresas, academia e sociedade civil, para discutir a proposta de projeto de lei e os decretos complementares - Revisão do projeto de lei, discutindo a estrutura do Conselho Municipal de Inovação, o Fundo Municipal de Inovação e as principais medidas de incentivo à inovação - Consulta pública do projeto de lei, com a realização de audiências públicas e coleta de sugestões da sociedade - Revisão e finalização do projeto de lei, incorporando as contribuições da consulta pública
Aprovação Legislativa	3-6 meses	<ul style="list-style-type: none"> - Encaminhamento do projeto de lei à Câmara Municipal de Vereadores - Discussão e votação do projeto de lei nas comissões da Câmara Municipal - Discussão e votação do projeto de lei em plenário na Câmara Municipal - Sanção ou veto do prefeito - Publicação da lei no Diário Oficial do Município
Implementação e Regulamentação	6-12 meses	<ul style="list-style-type: none"> - Nomeação dos membros do Conselho Municipal de Inovação - Elaboração dos decretos regulamentadores da lei, definindo os detalhes operacionais do Conselho, do Fundo e das medidas de incentivo - Implementação da estrutura administrativa do Conselho Municipal de Inovação e do Fundo Municipal de Inovação - Regulamentação dos incentivos fiscais e outros instrumentos de apoio à inovação - Lançamento dos primeiros editais e chamadas públicas do Fundo Municipal de Inovação - Início da concessão dos incentivos fiscais e outros benefícios - Promoção de eventos e ações de divulgação da Política Municipal de Inovação
Monitoramento e Avaliação Contínua	-	<ul style="list-style-type: none"> - Monitoramento regular dos resultados da Política Municipal de Inovação - Avaliação periódica dos impactos das medidas implementadas - Revisão e atualização da política, se necessário

Made with GAMMA

Inovação e Projetos PAEDS

Made with GAMMA



Porto Digital Amazônico

Organização de um parque tecnológico e ambiente de inovação em Porto Velho para fomentar o surgimento e o fortalecimento de atividades econômicas do setor privado na área de software e tecnologia da informação voltada para a solução de problemas da gestão pública municipal integrada em áreas como saúde, educação, gestão urbana e ambiental. Contribuir para o processo de desenvolvimento econômico local à medida que está associado com o fomento de setores portadores de futuro



Porto Digital Amazônico	
Ideia Força	"Desenvolver ecossistema de inovação avançado"
Potencial	Inovação e desenvolvimento de soluções tecnológicas especialmente para a gestão pública.
Ações Principais	Implementar programas de educação profissional e tecnológica em áreas de TI. Criar um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em tecnologias para a gestão pública. Criar uma incubadora de empresas de base tecnológica. Construção e implementação do espaço físico do Porto Digital Amazônico. Prestar serviços tecnológicos de consultoria e assessoria.
Estratégia	Oferecer cursos técnicos, profissionalizantes e de qualificação em áreas tecnológicas, com foco em desenvolvimento de software e soluções para a gestão pública. Desenvolver e testar soluções inovadoras em áreas como saúde, educação e gestão urbana, com foco em softwares e plataformas digitais. Oferecer infraestrutura, mentoria, suporte técnico e gerencial a startups e pequenas empresas de TI. Selecionar uma área urbana estratégica; construir instalações modernas e adequadas; promover a integração com a comunidade. Oferecer serviços de consultoria, assessoria e transferência de tecnologia para empresas e instituições, auxiliando na resolução de problemas e otimização de processos.
Responsável e Interventores	Agência de Desenvolvimento de PVH; Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão; e Secretaria Municipal de Integração e Desenvolvimento Distrital
Principal Resultado	Melhora na prestação de serviços públicos nos distritos. Redução das desigualdades sociais e regionais. Desenvolvimento urbano sustentável e integrado. Aumento da participação cidadã na gestão pública. Regularização fundiária de áreas urbanas. Melhora na infraestrutura urbana (rede viária, espaços públicos, etc.). Aumento do investimento privado nos distritos.
Beneficiários Principais	Estudantes do ensino médio e superior; Profissionais em busca de qualificação; Empresas de TI, Startups; Empreendedores.
Prazo de Execução	1 ano para instalação e 1 ano para início das atividades

PLANO DE GOVERNO

1. GESTÃO - 1.1 Porto Velho com Desenvolvimento Econômico

Capacitação e Linhas de Crédito: Oferecer capacitação para comerciantes e empresários, além de ampliar as linhas de crédito disponíveis, fortalecendo o comércio local e promovendo o crescimento econômico.

Parcerias Tecnológicas: Estabelecer parcerias tecnológicas com diversos setores industriais, para impulsionar a inovação, aumentar a produção e competitividade de Porto Velho.

Desburocratização: Simplificar os processos para a abertura de novas empresas, reduzindo a burocracia e incentivando o empreendedorismo local.

Incentivos Fiscais: Avaliar e ampliar os incentivos fiscais para a instalação de novas empresas, criando um ambiente favorável ao crescimento industrial e à geração de empregos.

CURTO PRAZO - “Empuxo Tecnológico”

- Formação da Rede Inicial de Atores;
- Sala de Situação;
- Sistema integrado para a gestão de projetos municipais
- Cidade Limpa – Caminho das Águas;
- Serviços básicos digitais e informação para os distritos (ex. Consultas Médicas);
- Censo agropecuário municipal;
- Parcerias e oportunidades com empresas geração de energia e futuras concessionárias.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Porto Digital Amazônico + Política Municipal de Inovação

potencial PPP

A Política Municipal de Inovação de Porto Velho está alicerçada em conceitos de vanguarda no campo dos sistemas de inovação, buscando impulsionar o desenvolvimento local por meio de um ambiente propício à geração e aplicação de novas ideias. Dentre os pilares que sustentam essa política, destacam-se:

- Inovação de produto
- Inovação de processo
- Inovação organizacional
- Inovação em marketing
- Inovação em modelo de negócio
- Inovação social



Inovação aberta (open innovation): inspirada na obra de Chesbrough (2003), a inovação aberta reconhece o valor de ideias provenientes tanto de fontes internas quanto externas à organização, fomentando a colaboração e a troca de conhecimento para impulsionar o desenvolvimento de soluções inovadoras.

Inovação orientada por missão (mission oriented innovation): a abordagem proposta por Mazzucato (2017) enfatiza a importância de estabelecer missões claras e ambiciosas para direcionar os esforços de inovação, buscando soluções para desafios sociais e econômicos prementes.

PAE
DS
IPVH

Plano de ação estratégico para desenvolvimento sustentável do município de Porto Velho

funpar

Obrigado!

unipro@funparufprbr
+55 41 33607444